[2] Em sentido estrito, "universal linguístico" é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas têm (por exemplo, todas as línguas têm elementos que são foneticamente vogais). Mais recentemente, admite-se que os universais linguísticos não são absolutos, mas uma questão de grau ou tendência, de modo que refletem uma propriedade que se manifesta na maioria das línguas.

[3] O termo "cognição" está associado ao exercício da inteligência humana e pode englobar nossa capacidade de compreender o mundo em que vivemos, de organizar e armazenar mentalmente os resultados dessa compreensão, bem como de adaptar esse conhecimento a fim de transmiti-lo aos nossos interlocutores nos diferentes contextos de comunicação.

[4] O termo "pragmática" associa-se normalmente os estudos que focalizam a relação entre a estrutura da língua e o comportamento dos seus usuários no ato concreto da comunicação.

[5] Atualmente, Kees Hengeveld, J. Lachlan Mackenzie e outros vêm desenvolvendo os estudos de Dik em direção ao que eles chamam de gramática discursivo-funcional.

[6] Linguistas que se dedicam ao estudo de crioulos, línguas que se desenvolveram historicamente de um pidgin, uma forma relativamente simplificada de falar que surgiu através do contato, em geral comercial, entre grupos linguísticos heterogêneos. Quando o pidgin se torna a língua materna de uma comunidade de fala e passa a ser usado para todos os fins, ele é chamado crioulo. Ex: tok pisin, língua de origem pidgin de Papua-Nova Guiné, ilha ao norte da Austrália.

[7] Conjunto de entrevistas gravadas por falantes do Rio de Janeiro, de Niterói, de Natal, de Juiz de Fora e do Rio Grande, organizado por pesquisadores do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, formado por professores da UFRJ, da UFF e da UFRN.

[8] A preposição "entre" dá uma ideia de algo localizado no interior de algum espaço físico, de algum espaço de tempo e, por extensão, no espaço localizado entre dois ou mais acontecimentos.

Linguística cognitiva

Mário Eduardo Martelotta
Roza Palomanes

Para uma melhor compreensão dos pressupostos da chamada linguística cognitiva, é importante que façamos uma análise resumida do cenário que caracterizava os estudos linguísticos no momento em que surgiu essa nova proposta teórica. Nesse sentido, comecemos com algumas informações básicas sobre o linguista norte-americano Noam Chomsky e o gerativismo, escola linguística que se desenvolveu a partir de suas teorias.

Desde seu surgimento no final da década de 1950, o gerativismo de Chomsky fundou uma tendência, nos estudos linguísticos, de considerar a linguagem um sistema de conhecimento autônomo, depositado no cérebro dos indivíduos e constituído de uma série de princípios inatos referentes à estrutura gramatical das línguas (ver o capítulo "Gerativismo"). Esses princípios, por hipótese, restringem as possibilidades de variação na estrutura das línguas, que se manifestam como dados universais, ou seja, presentes em todas as línguas do mundo.

Chomsky demonstrou, de modo definitivo, a importância, para a compreensão da linguagem, dos fenômenos de natureza cognitiva, ou seja, relativos ao modo como nossa mente interage com o mundo que nos cerca, bem como os processos que permeiam essa interação. Entretanto, limitou sua abordagem a questões relacionadas ao desenvolvimento ou à maturação de uma capacidade biológica, postulando uma estrutura racional e universal inerente ao organismo humano.

Considerando as línguas naturais o reflexo de princípios inatos e autônomos em relação a outras formas de conhecimento, os gerativistas privilegiaram em suas análises a busca de aspectos linguísticos universais, deixando de lado, portanto, as questões sociais e interativas que caracterizam, de modo mais localizado, o uso concreto da língua nas situações reais de comunicação. Para efetivar essa estratégia, Chomsky postula um falante/ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade linguística ideal,

cuja criatividade se limita à manipulação de um conjunto finito de regras para gerar um conjunto infinito de sentenças.

Outro aspecto importante da teoria chomskiana está no princípio da modularidade da mente, segundo o qual a mente é composta de módulos ou partes. Cada um desses módulos responde pela estrutura e desenvolvimento de uma forma de conhecimento. Um módulo é responsável pela capacidade do raciocínio matemático, outro, pela habilidade de criar e compreender estruturas musicais, outro, pela faculdade da linguagem, apenas para citar alguns exemplos. E o mais importante é que esses módulos atuam separadamente, de maneira que cada um deles só tem contato com o resultado final do trabalho dos outros.

A esse princípio está relacionada a proposta de que a sintaxe é autônoma e constitui a essência da descrição linguística. Além de ser autônomo em relação a outros aspectos da cognição humana que tradicionalmente não são associados à linguagem, o nível sintático se caracteriza por ser independente dos outros níveis de estrutura gramatical, como o nível fonológico e o nível semântico. Nesse sentido, quando construímos frases, estamos utilizando, pelo menos em essência, mecanismos sintáticos inatos, que pouco têm a ver com questões relacionadas aos significados que elas veiculam.

A hipótese da autonomia da sintaxe tem relação com uma abordagem matemática das línguas. O gerativismo, tendo base racionalista, busca na matemática – que é uma forma de razão transcendental – a descrição dos processos mecânicos de manipulação de símbolos abstratos que se refletem na sintaxe das línguas. Em termos mais gerais, a linguagem é vista como um sistema formal interpretado no sentido lógico, isto é, as expressões são construídas por um sistema de regras exclusivamente formais que são posteriormente investidas de significação.

Muitos pesquisadores se posicionaram contra essa tradição. Entre eles podemos citar linguistas como George Lakoff e Charles Fillmore, cujas reflexões referentes à estrutura semântica das línguas acabaram levando a um questionamento dos pressupostos gerativistas e abrindo caminho para uma nova abordagem do fenômeno da linguagem. Recentemente, os linguistas que seguem essa nova tendência têm utilizado termos como "cognitivo" ou "cognitivista" para designar seu modo de analisar as línguas.

Para que possamos compreender a proposta teórica da chamada *linguística cognitiva*, é importante que analisemos alguns de seus princípios básicos.

Repensando a questão da modularidade

Inicialmente é importante registrar que a principal crítica que os cognitivistas *fazem à tradição* gerativista não se refere à hipótese do inatismo. Os humanos parecem possuir estruturas e habilidades inatas que os capacita a aprender e usar uma ou mais línguas, embora seja extremamente difícil distinguir de modo categórico o que é

inato do que é aprendido. A crítica recai principalmente sobre a proposta de que essas estruturas e habilidades são específicas da linguagem.

Segundo os cognitivistas, a linguagem não constitui um componente autônomo da mente, ou seja, não é independente de outras faculdades mentais. Sua proposta teórica, portanto, busca uma visão integradora do fenômeno da linguagem com base na hipótese de que não há necessidade de se distinguir conhecimento linguístico de conhecimento não linguístico.

Mas que implicações advêm da proposta de não separar o conhecimento linguístico do não linguístico? Em primeiro lugar, podemos dizer que as línguas não podem ser explicadas apenas por mecanismos formais autossuficientes. Ao contrário, é fundamental levar em consideração os processos de pensamento subjacentes à utilização de estruturas linguísticas e sua adequação aos contextos reais nos quais essas estruturas são construídas.

Em termos mais específicos, podemos dizer que, de um modo geral, a proposta cognitivista leva em conta aspectos relacionados a restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como a capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada desses dados. É importante aqui registrar que esses aspectos somente se concretizam socialmente, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural. Em outras palavras, segundo essa visão teórica há uma relação sistemática entre linguagem, pensamento e experiência.

Isso nos leva a um outro aspecto da proposta cognitivista, que incorpora os fenômenos referentes à interação social. Esse outro aspecto de cunho social leva alguns autores a acrescentar ao vocábulo designativo dessa escola linguística o elemento socio-, criando o termo "sociocognitivismo"[1]. Esse termo enfatiza a importância do contexto nos *processos de significação* e o aspecto social da cognição humana. Mais do que isso, focaliza a linguagem como uma forma de ação, ou seja, através da linguagem comentamos, oramos, ensinamos, discursamos, informamos, enfim, enquadramo-nos nos milhares de papéis sociais que compõem nossa vida diária.

A expressão "processos de significação" foi empregada no parágrafo anterior com o objetivo de frisar que na concepção cognitivista não há significados prontos, mas mecanismos de construção de sentidos a partir de dados contextuais essencialmente ricos e dinâmicos. Em outras palavras, os significados não são elementos mentais únicos e estáveis, mas resultam de processos complexos de integração entre diferentes domínios do conhecimento.[2]

O processo de categorização da realidade é um bom exemplo de como isso acontece. Cognitivistas como Gilles Fauconnier e Mark Turner ressaltam que a mais simples das atividades do nosso dia a dia como, por exemplo, reconhecer que um objeto

é uma xícara de café, implica associar, ao mesmo tempo, representações visuais e táteis de sua forma, a temperatura, o odor e o gosto do café, e também o modo como esse objeto é manuseado e utilizado. Todas essas representações são recriadas em regiões diferentes do cérebro a cada momento em que ouvimos essa expressão.

A abordagem formal que caracteriza a linguística gerativa nos leva a pensar que os elementos da nossa vida mental são primitivos formais, quando, na verdade, constituem o produto de um trabalho imaginativo da mente humana. Não é a forma dos objetos que causa a percepção de uma unidade: nosso cérebro e nosso corpo dão a eles esse *status*, do mesmo modo que o sentido de um quadro não está no quadro em si, mas na interpretação que fazemos dele. Assim nós dividimos o mundo, criando categorias associadas à nossa condição de seres humanos para que possamos manipulá-las em nossas vidas humanas. Esse nosso modo de interagir com a realidade que nos cerca é o resultado de bilhões de anos de evolução e alguns meses de treinamento durante a infância.

Da mesma forma que os objetos, as atividades recebem categorização. Gestos simples de nosso dia a dia podem apresentar significações diferentes. Um mesmo gesto de movimentar um objeto na direção de um interlocutor pode ser visto como ato de empréstimo, de doação, de aproximação do objeto para que o interlocutor veja melhor algum detalhe de sua estrutura, de repulsa em relação a esse objeto e assim por diante. Essa interpretação do gesto é um fato eminentemente sociocultural e provém de nossa capacidade de compreender as intenções que estão por trás desses gestos.

Isso está associado ao que os cognitivistas chamam de "princípio da escassez do significante". Segundo esse princípio, a forma linguística é uma pista para as complexas tarefas cognitivas associadas à linguagem. Ou seja, o sentido não constitui uma propriedade intrínseca da linguagem, mas o resultado de uma atividade conjunta – que pressupõe cooperação – associada a operações de projeção e transferência entre domínios. Os conceitos de "domínio" e de "projeção" serão apresentados mais detalhadamente no decorrer do texto.

Se esses aspectos cognitivos e interativos estão associados ao funcionamento das línguas, podemos dizer que a formação de frases em qualquer língua recebe influência desses fatores. Ou seja, a visão integradora da linguagem proposta pelos cognitivistas se manifesta também na hipótese de que léxico, morfologia e sintaxe são uma espécie de *continuum* de unidades simbólicas que se subordinam à estrutura conceptual para fins comunicativos. Consequentemente, podemos dizer que os cognitivistas consideram incoerente o tratamento da estrutura gramatical como algo dissociado do significado, assim como a segmentação da estrutura gramatical em componentes *discretos e isolados. Em outras palavras,* eles não concordam com a hipótese da autonomia da sintaxe.

O caráter interacional da construção do significado

A linguística cognitiva propõe uma mudança de perspectiva no estudo da linguagem, colocando os usuários da língua no centro da construção do significado. Ou seja, a busca da compreensão do fenômeno da significação impossibilita a exclusão dos principais personagens desse processo: o falante e o ouvinte. O falante não é mais visto como um mero manipulador de regras preestabelecidas, mas como um produtor de significados em situações comunicativas reais nas quais interage com interlocutores reais.

Desse modo, fenômenos característicos do uso da língua passam a ter maior importância para a compreensão do fenômeno da linguagem. Para os cognitivistas, a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios dinâmicos os quais, nas palavras do linguista Ronald Langacker, se associam a rotinas cognitivas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso. Mais do que isso, para os cognitivistas, a comunicação é uma atividade compartilhada, ou seja, implica uma série de movimentos feitos em conjunto pelos interlocutores em direção à compreensão mútua. Isso quer dizer que a significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos linguísticos se adaptem às diferentes intenções comunicativas, apresentando flutuações de sentido, como, por exemplo, as que caracterizam as metáforas como as que apresentaremos mais adiante.

O pensamento corporificado

Como foi mencionado anteriormente, a análise cognitivista, com sua visão integradora do fenômeno da linguagem, leva em conta a captação dos dados da experiência para a construção da significação referente ao nosso universo cultural. Mas como se dá esse processo? Como nos relacionamos culturalmente com o ambiente em que vivemos?

A resposta a essa pergunta obviamente não é simples. Entretanto, podemos postular, como fazem alguns cognitivistas, que nosso primeiro contato com o mundo se dá através dos nossos sentidos corporais, e a partir daí algumas extensões de sentido são estabelecidas. Segundo esse ponto de vista, nossa estrutura corporal é extremamente importante, já que a percepção que temos do mundo é limitada por nossas características físicas. A mente, portanto, não é separada do corpo. Ao contrário, o pensamento é *corporificado*[3] no sentido de que a sua estrutura e sua organização estão diretamente associadas à estrutura de nosso corpo, bem como às nossas restrições de percepção e de movimento no espaço.

Para melhor compreender essa hipótese, tomemos uma parte de nosso corpo: a *cabeça*. É interessante lembrar que a grande maioria dos órgãos dos sentidos – boca,

nariz, olhos – localizam-se na parte frontal da cabeça. Por esse e por vários outros motivos, é difícil escapar à conclusão de que somos seres feitos para andar para frente.

Entre as consequências desse fato no modo como organizamos nosso pensamento, podemos citar o fato de que nos habituamos a pensar situações da nossa vida que já vivenciamos e que ainda vamos vivenciar, em termos, respectivamente, de lugares pelos quais já passamos e de locais à nossa frente a que ainda pretendemos chegar. Um exemplo interessante são os usos de elementos com valores originalmente espaciais para formar expressões temporais que o trecho a seguir apresenta:

> Cem anos *atrás*, o mundo era bem diferente. Portanto, podemos esperar que *daqui para frente* as coisas continuem mudando.

Podemos notar que as expressões originalmente espaciais "atrás" e "daqui para frente" estão sendo utilizadas no exemplo não para se referir a pontos no espaço, mas a momentos no tempo. É interessante registrar que esse tipo de fenômeno não se restringe à língua portuguesa, o que dá a esse processo um caráter de universalidade.

Os cognitivistas associam esse tipo de fenômeno à hipótese de que a experiência humana mais básica, que se estabelece a partir do corpo, fornece as bases de nossos sistemas conceptuais. Em termos mais específicos, de acordo com as características de nosso corpo, nós andamos para frente e nos habituamos a pensar os pontos da paisagem que vamos deixando para trás na medida em que nos movimentamos, em termos de tempo passado. Por outro lado, os pontos que estão à nossa frente e que ainda vamos atingir servem de referência para a expressão do futuro.

Isso significa que nós compreendemos o tempo, que é uma noção mais abstrata, a partir de uma noção mais básica, que é a noção de espaço. Podemos estender esse processo para outros domínios do conhecimento, propondo que, de um modo geral, os conceitos abstratos são inerentemente metafóricos já que refletem movimentos dessa natureza, que, como veremos mais adiante, constituem o que se convencionou chamar de *projeção entre domínios*.

Segundo os cognitivistas, essas relações associativas somente são possíveis pela existência prévia de um processo cognitivo chamado *mesclagem*, o qual estabelece uma conexão entre diferentes domínios conceptuais, ou seja, diferentes conjuntos de conhecimentos pré-linguísticos que são estruturados por nossas experiências coletivas ou individuais.

É interessante notarmos como esse processo de extensão de sentidos na direção de noções mais abstratas se reflete na construção das frases. Os exemplos a seguir ilustram isso:

a) O ministro foi *para* São Paulo.
b) O ministro adiou a entrevista *para* o dia seguinte
c) O ministro elaborou o relatório *para* mudar a opinião do presidente.
d) O ministro entregou o relatório *para* o presidente.

Analisemos a presença da preposição "para". Preposições são elementos de valor gramatical, ou seja, sua função, em termos sintáticos, é basicamente a de estabelecer uma relação entre dois termos da frase. Entretanto, há questões semânticas interessantes envolvidas nos usos dessa preposição nos exemplos.

A preposição "para" originalmente designa movimento em direção a um ponto no espaço: é o que se vê no exemplo (a), em que o ponto de chegada no espaço é o estado de São Paulo. No exemplo (b), podemos notar que essa mesma preposição passa a indicar movimento no tempo: "para o dia seguinte". Temos aqui mais um exemplo de como noções temporais são extensões de valores espaciais. Mas os usos mais interessantes estão nos exemplos (c) e (d). Em (c), a preposição "para" é utilizada para unir duas orações, fazendo da segunda a finalidade ou objetivo do que está expresso na primeira. Em outras palavras, o ponto de chegada, nesse exemplo, não é mais um ponto no espaço ou no tempo, e sim uma reação de outra pessoa causada pelo que está expresso na primeira frase: uma *finalidade*. Já no exemplo (d), a preposição "para" se justifica pelo movimento que um objeto ("relatório") realiza em direção à pessoa que o recebe ("presidente"). Esses exemplos sugerem que essas relações sintáticas são estruturadas em termos de relações espaciais, ou, ampliando mais o campo de visão, que aspectos semânticos estão associados à construção sintática, o que põe em xeque a hipótese gerativista da autonomia da sintaxe.

A organização do conhecimento

Enfatizar a importância do corpo e das restrições que ele impõe ao modo como experienciamos o mundo implica admitir a importância da noção de perspectiva no processo de significação e expressão do mundo. Os cognitivistas tomam os sentidos como sendo *entidades conceptuais*, e as palavras e as estruturas da língua como recursos para simbolizar a construção que o falante faz de cenas ou fatos da vida cotidiana. A construção de uma cena envolve sempre uma relação entre um falante (ou um conceptualizador) e uma situação que ele toma em consideração.

Toda informação é posicionada, no sentido de que, normalmente, não falamos a respeito do que o mundo é, mas da visão que temos dele. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem. Incorpora-se, portanto, ao processo de significação o sujeito, ou seja, a perspectiva de quem produz no discurso. Isso reforça o que já dissemos anteriormente, quando mencionamos a centralidade do sujeito na construção do significado.

Os elementos linguísticos possuem a função de garantir a perspectiva que o falante quer transmitir no ato comunicativo. Nesse sentido, os cognitivistas propõem, por exemplo, noções como "ponto de vista", "alinhamento de figura e fundo" e "conhecimento de base em relação ao qual o conhecimento é compreendido".

A noção de *ponto de vista* relaciona-se com as diferentes possibilidades de o falante realizar mentalmente a cena. Os exemplos que seguem ilustram essa questão:

a) O caminho para *dentro* da floresta é tortuoso.
b) O caminho para *fora* da floresta é tortuoso.

O que diferencia essas duas frases é o modo como o falante conceptualiza o referente. As expressões "caminho para dentro da floresta" e "caminho para fora da floresta" designam a mesma entidade, a diferença está no movimento mental que o conceptualizador faz da cena, ou seja, como ele vê mentalmente o sentido da trajetória.

Por outro lado, a noção de *alinhamento de figura e fundo* diz respeito à maior proeminência que nós atribuímos a um dos elementos de uma cena, colocando-o em primeiro plano de nossa atenção, ou seja, em *figura*. Nesse sentido, não é difícil compreender a diferença entre as expressões apresentadas a seguir:

a) O quadro que está sobre o sofá.
b) O sofá que está sob o quadro.

As duas frases designam a mesma cena. A diferença está em qual das entidades envolvidas é apontada como primeiro ponto de atenção ou *figura* e qual é representada como segundo plano ou *fundo*.

Com relação à noção de *conhecimento de base em relação ao qual o conceito é compreendido*, é interessante falarmos um pouco mais. A linguagem é um instrumento cognitivo que tem como função organizar e fixar a experiência humana. Desse modo, os significados só podem ser descritos com base nessas experiências, assim como no conjunto de conhecimentos delas provenientes. Um exemplo disso é o termo "joelho", que não pode ser compreendido sem a necessária referência à concepção do que é uma "perna", de como ela se estrutura, de como se movimenta e, de um modo geral, de como ela funciona. Sendo compreendida como uma parte de um todo, a palavra "joelho" necessariamente ativa uma estrutura de conhecimentos subjacentes pertencente a algo mais amplo. Em outras palavras, "perna" atua como domínio cognitivo de "joelho".

Subjacente a esses fenômenos está a noção de *enquadre* ou *enquadramento*. Por *enquadre* entende-se a base do conhecimento em relação à qual se impõe uma determinada mobilização atencional. O efeito do enquadre é colocar em foco determinados aspectos do significado que se quer transmitir e, consequentemente, deixar em segundo plano outros aspectos que podem ser inferidos a partir da informação transmitida.

Os *domínios conceptuais*, ou conjuntos de conhecimentos estruturados, são espaços de referenciação[4] ativados quer por formas linguísticas, quer pragmaticamente, ajudando a construir, assim, os significados. São de duas naturezas:

a) Domínios estáveis

São conjuntos de conhecimentos armazenados na memória pessoal ou social, que se constituíram historicamente como uma herança da espécie humana, ou seja, é um conjunto de informações que o homem aprendeu a partilhar. É importante compreendermos que qualquer transmissão de informação implica trazer da memória esses conhecimentos.

Os chamados domínios estáveis subdvidem-se em três tipos: *modelos cognitivos idealizados*, *molduras comunicativas* e *esquemas imagéticos*. Comecemos falando do conceito de modelo cognitivo idealizado (MCI).

Os *modelos cognitivos idealizados* são estruturas através das quais nosso conhecimento se organiza. Têm importância fundamental para a cognição humana no sentido de que aliviam a memória, organizando a imensa quantidade de informações adquiridas no nosso dia a dia. Para que possamos compreender a noção de MCI, tomemos o termo "domingo": qual é o sentido desse termo? A resposta a essa pergunta envolve o conceito de "semana", já que domingo é o primeiro dia da semana. Ou seja, o termo "domingo" implica a criação de um ciclo determinado pelo movimento do sol que indica o fim de um dia e o início de outro, caracterizando-se por uma sequência de sete dias, assim como implica a nossa experiência diária ao longo desses sete dias. É importante ressaltar que essa divisão do tempo em termos de semanas de sete dias – assim como em meses e anos – é uma convenção humana, tendo, portanto, fundamento cultural. Em outras palavras, a semana de sete dias constitui o domínio semântico – ou o MCI, como veremos adiante – em relação ao qual o termo "domingo" é normalmente compreendido. Do mesmo modo, a concepção do que é uma "perna", como mencionamos anteriormente, atua como domínio cognitivo de "joelho", e o espaço tridimensional é o domínio em relação ao qual são entendidos termos como "acima" e "abaixo".

Já as *molduras comunicativas* constituem estruturas de conhecimento relacionadas a formas organizadas de interação. Caracterizam-se por um conjunto de procedimentos que identificam um tipo de atividade social: uma aula, uma reunião, uma conversa casual típica do nosso dia a dia, ou seja, atividades que implicam comportamentos estabelecidos em que cada participante possui um papel previamente determinado.

Tomemos como exemplo uma aula de linguística em uma universidade. Nessa situação temos um professor que, provido do saber necessário, faz uso quase exclusivo da palavra para transmitir aos alunos seu conhecimento e que, dotado de autoridade, dá ao aluno a palavra no momento em que ele acha conveniente, podendo repreendê-lo caso o seu comportamento não seja adequado ao que se espera dessa situação de interação. Assim, não cabe ao professor falar de seus problemas pessoais, virar cambalhotas ou tomar qualquer atitude que não seja adequada ao contexto da sala de aula. Por outro lado, ao aluno cabe ouvir e absorver as informações dadas pelo professor, sem interrompê-lo. Para se manifestar, o aluno deverá fazer algum sinal, como levantar a mão, e, após o consentimento do professor, utilizar a palavra para fazer perguntas que melhorem sua compreensão do assunto da aula, e não para contar uma piada, por exemplo.

Esses comportamentos são estabelecidos culturalmente e, é claro, nem sempre são tomados de modo radical, de maneira que os indivíduos muitas vezes se

permitem uma certa liberdade em relação a essas regras. Entretanto, essas convenções são importantes, já que constituem molduras comunicativas partilhadas em nossa comunidade ou cultura que nos permitem identificar o que está acontecendo naquele momento e saber exatamente qual o comportamento consensual desejado.

Essas molduras comunicativas possuem um caráter histórico e são construções resultantes da cristalização consensual de comportamentos negociada por grupos sociais. Mas o mais importante é compreender que as molduras comunicativas funcionam cognitivamente como instrumentos indispensáveis à construção dos significados. Para compreender isso, basta pensarmos na pergunta "Como você tem passado?", dita por um médico em uma interação médico-paciente dentro de um consultório, por exemplo, ou por um transeunte que cruza com uma pessoa conhecida na rua. Não apenas o sentido da frase é diferente, como a expectativa de resposta é totalmente distinta: não se espera, por exemplo, que a pessoa conhecida, em resposta àquela pergunta, pare no meio da rua para contar seus problemas de saúde.

Os *esquemas genéricos* são configurações conceptuais de natureza mais ampla, global, abstrata, e, portanto, mais flexíveis em suas aplicações. Eles se relacionam ao processamento de fluxos muito heterogêneos de informação, pois são estruturas que organizam o nosso pensamento, projetando-se nos usos diários que fazemos da linguagem.

Entre os esquemas genéricos estão os chamados esquemas imagéticos. Para compreendermos o que são esses esquemas, devemos nos lembrar de que grande parte do nosso conhecimento não é estático. É estruturado por padrões dinâmicos, não proposicionais e imagéticos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objetos e de interações perceptivas.

As relações espaciais constituem um esquema imagético que serve de base para uma série de outras representações, como vimos nos exemplos envolvendo a preposição "para" apresentados anteriormente.

Entre os esquemas imagéticos mais frequentes e linguisticamente realizados de muitas variadas maneiras estão os seguintes: *contentor* (ou contêiner) ou *recipiente*, *origem-percurso-destino*, *percurso* (ou caminho), *elo* (*link*), *força*, *equilíbrio* (ou balança), *bloqueio*, *remoção*, *contraforça*, *compulsão*, *parte-todo*, *centro-periferia*, *em cima-embaixo*, *à frente-atrás*, *dentro-fora*, *perto-longe*, *contato*, *ordem linear*. Os esquemas imagéticos não existem como entidades individuais e isoladas, mas ligam-se entre si através de *transformações de esquemas imagéticos* (*image-schema transformations*). Cada *transformação de esquema imagético* reflete, pois, aspectos importantes da experiência humana (sobretudo corporal) visual, auditiva ou sinestésica.

b) Domínios locais

Os domínios locais recebem o nome de *espaços mentais* e constituem operadores do *processamento cognitivo*, ou seja, têm um caráter dinâmico e sequencial, já que são produzidos na medida em que falamos. Esses espaços mentais são domínios dinâmicos

estruturados internamente por domínios estáveis, o que significa que são elementos que suscitam aspectos do conhecimento compartilhado entre os interlocutores em um determinado ponto do discurso.

Por outro lado, os espaços mentais são ativados através de conectores, chamados *construtores de espaços mentais*,[5] que no nível gramatical podem assumir estrutura de conectivos, de sintagmas preposicionais ou adverbiais, de orações, entre outras possibilidades, criando diferentes tipos de espaço. Vejamos um exemplo:

No filme, a atriz loura tem cabelos escuros.

No exemplo acima, o sintagma preposicional "no filme" indica a situação ou espaço mental em que o restante da frase deve ser interpretado. Ou seja, constrói um espaço mental – que poderíamos caracterizar como *espaço de drama* – em que a atriz loura tem cabelos escuros, o que difere do espaço da realidade em que a frase seria contraditória. Eis outros exemplos de construtores de espaços mentais:

Modelo cultural: *Na novela*, o ator brasileiro é americano.
Imagem: *Na fotografia*, Brad Pitt está feio.
Lugar: *No Brasil*, as pessoas não falam inglês.
Tempo: *Quando eu era pequeno*, eu gostava de assistir desenho animado.
Hipótese: *Se ele estivesse aqui*, certamente saberia como agir.

Em todos os exemplos acima, os elementos em itálico expressam o espaço em que a informação passada no resto da frase deve ser tomada como verdadeira.

O princípio de projeção

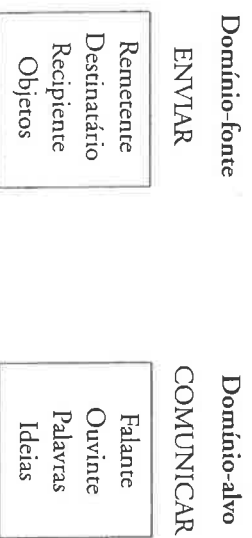
A construção do sentido implica, como já vimos, o estabelecimento de conexões entre domínios cognitivos. Essas conexões se dão através de um processo chamado *projeção*. Existem diferentes tipos de projeções:

a) *Projeções de domínios conceptuais estruturados ou MCIs* – projetam parte de um domínio em outro. As metáforas e as analogias exemplificam esse tipo de projeção. O processo de projeção consiste em tomar a estrutura de um determinado domínio (chamado domínio-fonte) para falar ou pensar outro domínio (chamado domínio-alvo). Ilustra bem esse fenômeno o exemplo mencionado anteriormente: "Cem anos *atrás*, o mundo era bem diferente. Portanto, podemos esperar que *daqui para frente*, as coisas continuem mudando". Nesse caso, os elementos "atrás" e "daqui para frente", que originalmente expressam noções relativas ao espaço (domínio-fonte), no contexto, são usados para a expressão do tempo (domínio-alvo). Temos aí a *metáfora do tempo como espaço*.

Outra metáfora interessante nesse aspecto é a metáfora *comunicar é enviar*. Segundo Lakoff, através dessa metáfora, as ideias (comparadas a objetos) são inseridas

pelo falante dentro de palavras (comparadas a recipientes), que são enviadas através de algum canal para um ouvinte. Por sua vez, o ouvinte retira de dentro das palavras/recipientes essas ideias/objetos. Essa metáfora propicia construções do tipo:

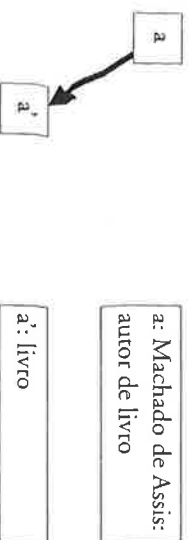
a) *Vou tentar passar minha ideia para você.*
b) Ele me enviou umas palavras de carinho.
c) O deputado não recebeu bem as palavras do ministro.
d) Não sei como colocar isso em palavras.
e) Você só utiliza palavras vazias.
f) Estas são palavras sem conteúdo.

Nesses casos, os domínios podem ser sistematizados da seguinte maneira:

Domínio-fonte	**Domínio-alvo**
ENVIAR	COMUNICAR
Remetente Destinatário Recipiente Objetos	Falante Ouvinte Palavras Ideias
MCI	MCI

Lakoff apresenta vários exemplos como esse, demonstrando que a metáfora, longe de ser um mero recurso poético, é uma constante em nossa linguagem cotidiana e está enraizada no nosso sistema conceptual ordinário segundo o qual pensamos e agimos.

b) *Projeções de funções pragmáticas* – projetam um domínio em outro a ele relevante em consequência de uma relação estabelecida localmente por uma função de caráter pragmático. Esse tipo de projeção é característico das metonímias e desempenha um papel importante na organização do nosso conhecimento, provendo meios de identificar elementos de um domínio através de sua contraparte em um outro domínio. Vejamos um exemplo:

Joana nunca leu Machado de Assis.

No exemplo, há uma relação entre o autor do livro e sua obra. Ou seja, o que Joana nunca leu não é o autor, mas os livros que compõem sua obra. Esse típico exemplo de metonímia é representado através do esquema abaixo:

Esse esquema implica a atuação de um *princípio da identificação*, que vai permitir que se estabeleça a relação entre a entidade *a*, chamada de *gatilho* por prover a fonte da relação, e sua contraparte *a'*, chamada de *alvo*.

Podemos ver outros exemplos desses fenômenos nas frases a seguir:

a) Deixei meu Aurélio em casa.
b) Ele bebeu uma garrafa inteirinha.

No primeiro exemplo, temos novamente a relação entre livro (dicionário) e autor (Aurélio) e, no segundo, entre o conteúdo (bebida) e o continente (garrafa). Em todos esses casos, nosso conhecimento de mundo, juntamente com informações contextuais mais localizadas, fornecem os dados necessários para que o princípio da identificação atue, estabelecendo a relação entre as entidades gatilho e alvo.

c) *Projeções entre espaços mentais* – a partir do contexto discursivo e situacional, construímos os significados através de uma rede de espaços mentais, operando um sistema de referenciação entre domínios cognitivos responsável pela compreensão e produção dos significados. Quando se insere um introdutor de espaços mentais no discurso, estabelece-se uma conexão entre diferentes espaços de referenciação.

Como já foi visto anteriormente, a projeção de um domínio sobre outro é feita através do *princípio de identificação*. No caso dos espaços mentais, essa projeção é propiciada pelos construtores de espaços mentais com a consequente construção de um novo significado. Tomemos como exemplo a frase:

A vida tem a cor que você pinta.

Nessa frase, a vida é projetada como uma tela, fazendo-nos ativar um espaço mental em que temos a pintura e outro espaço mental em que temos a vida. Há uma projeção entre os elementos desses dois espaços, e da relação analógica entre eles é construído um espaço-mescla em que pintura e vida se integram. Dessa rede de espaços, projeções e integrações surgem várias interpretações das relações entre pintura/vida, dentre as quais podemos citar a ideia de que a vida é vista de várias perspectivas e que nós somos os seus autores, imprimindo-lhe o colorido que quisermos.

Mesclagem

Segundo os cognitivistas, relações associativas como as apresentadas na seção anterior são possíveis pela existência prévia do processo de *mesclagem*, o qual estabelece uma conexão entre diferentes domínios conceptuais, ou seja, diferentes conjuntos de conhecimentos pré-linguísticos que são estruturados por nossas experiências coletivas ou individuais.

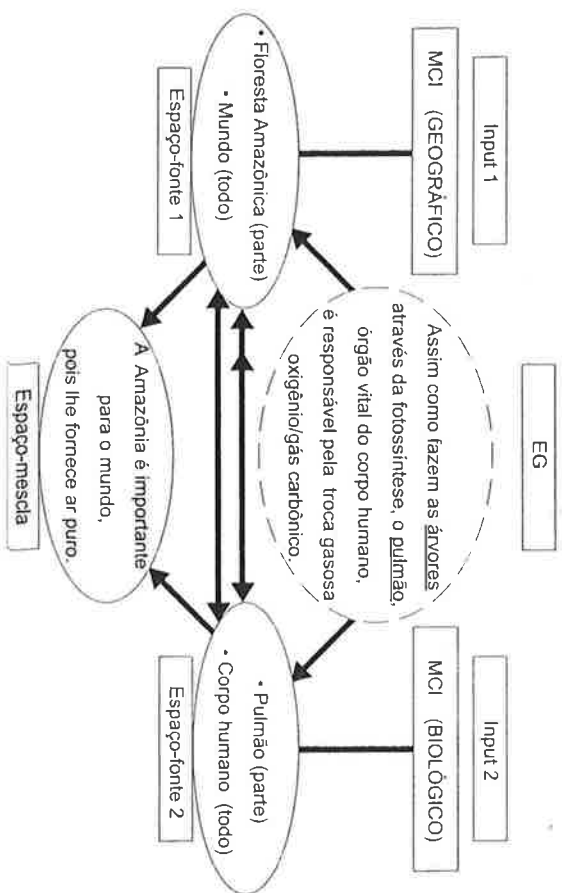
A teoria dos espaços mentais desenvolvida por Gilles Fauconnier na década de 1980 permitiu que se analisasse, de modo mais sistemático, o processo de projeção entre bases de conhecimento, projeto cujo desenvolvimento desembocou na noção de *mesclagem* (correspondente português ao termo inglês *blending*).

O conceito de mesclagem é definido pelo referido autor como o espaço que herda estruturas parciais de espaços denominados *fonte* e que possui uma estrutura emergente própria. Logo, o *espaço-mescla* surge a partir da composição de elementos provenientes de um esquema genérico, dos MCIs ativos e dos espaços mentais locais.

Assim, um enunciado ativa domínios conceptuais sobre os sentidos que veicula. Dependendo do que é referido, múltiplos domínios podem ser ativados, e informações são transferidas dessas estruturas cognitivas para a construção de novos significados na linguagem. Esses novos significados "mesclam" informações dos domínios dos quais partiram. Logo, o enunciado resultante dessas combinações é pré-organizado na mente pelo processo cognitivo de mesclagem.

O processo da mesclagem, portanto, implica a conexão de pelo menos quatro domínios: dois espaços-fonte (EF 1 e 2), um esquema genérico (EG), que define a homologia entre eles, possibilitando assim a migração parcial da informação para o espaço-mescla resultante.

Apresentamos a seguir, a título de exemplificação, como se configuram as relações que se efetivam na pré-organização das mesclagens:

A floresta amazônica é o pulmão do mundo.

Na *mesclagem*, podem-se perceber as visões distintas que se combinaram na estruturação do espaço que emerge para pré-organizar o enunciado mesclado: "floresta" e "pulmão" ativam dois MCIs – o geográfico e o biológico. Cria-se, então, um espaço genérico (EG) com estrutura mais abstrata que é compartilhada por ambas as fontes e mais dois outros espaços-fonte (EF), um criado a partir do MCI geográfico e outro, do MCI biológico. Importando somente o que é relevante de cada EF, temos o espaço-mescla resultante da projeção entre os EFs.

Exercícios

1) É muito comum, na linguagem do dia a dia a criação de expressões de sentido abstrato a partir de termos designativos de partes do nosso corpo. São exemplos disso expressões como "dar uma *mãozinha*" (= oferecer ajuda) e "ser o *cabeça* do grupo" (= ser o líder). Encontre outros exemplos de expressões formadas a partir de partes do corpo humano, apresentando também seu significado.

2) Indique os marcadores de espaços mentais nas frases a seguir:
   a) Na novela, a moça de cabelos castanhos era loura.
   b) No retrato, a moça de cabelos castanhos era loura.
   c) Em 1998, a moça de cabelos castanhos era loura.
   d) Paulo acha que a moça de cabelos castanhos era loura.

3) Lakoff fala em *metáforas orientacionais*, que organizam todo um sistema de conceitos a partir de orientações espaciais do tipo "para cima/para baixo", "frente/trás", "dentro/fora", entre outros casos. Essas orientações são também consequentes da estrutura do nosso corpo e sua atuação no mundo físico. São exemplos desse fenômeno as seguintes frases que contêm metáforas do tipo: FELIZ É PARA CIMA; TRISTE É PARA BAIXO

   Ex. a) Ele é um cara *para cima*.
   b) Ele tem estado *pra baixo* esses últimos dias.
   c) Pensar em dinheiro *levanta* o meu astral.

   Crie exemplos em que apareçam informações associadas aos termos "frente" e "trás".

4) Uma metáfora comum em várias línguas é a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. As frases abaixo exemplificam esse caso:
   a) Seus argumentos são indefensáveis.
   b) Destruí sua argumentação.

Crie outros exemplos que exemplifiquem essa metáfora.

Notas

1 O termo também aparece grafado como "sociocognitivismo".

2 A visão dinâmica e interativa do significado se deve, sobretudo, às inovações de Giles Fauconnier, que introduziu a teoria dos espaços mentais e a noção de mesclagem nos Estados Unidos. No Brasil essa visão foi implantada através da proposta sociocognitivista de Margarida Salomão.

[3] Alguns autores preferem o termo "encarnado", que parece passar também a ideia de que o falante não deve ser visto como algo idealizado, mas como ser real, inserido no ambiente cultural em que atua.

[4] Turner propõe que as expressões linguísticas, por si só, não possuem significado, pois são sinalizações para que o homem possa construir significados a partir do que ele já conhece e dos poderosos processos cognitivos que são acionados por ele. Um *processo de referenciação* parte do conhecimento da realidade, do mundo, captáveis por uma forma de cognição, de compreensão e interpretação do discurso.

[5] Alguns autores preferem utilizar a expressão "introdutores de espaços mentais". Optamos, portanto, pela utilização do termo "construtores de espaços mentais" por ser uma tradução mais fiel ao termo inglês *space builders*, termo de Fauconnier (1997).

Linguística textual

Mariangela Rios de Oliveira

Ao contrário dos capítulos antecedentes, que apresentam e descrevem distintas abordagens linguísticas com base em distintos enfoques teóricos, ou seja, em variadas concepções de linguagem, vamos, a partir de agora, tratar de um ramo dos estudos linguísticos que se caracteriza pelo escopo de sua investigação, pelo objeto que toma como unidade de foco analítico – o texto. Nessa forma de tratamento, cujo material de análise também é compartilhado com outras abordagens, os propósitos são outros, uma vez que o que está em jogo agora é a observação das relações textuais em seus variados matizes e interseções.

A linguística textual começou a se desenvolver na Europa no século xx, durante a década de 1960, e a partir daí se disseminou; no Brasil, conta com expressivo número de pesquisadores.[1] Trata-se, portanto, de uma abordagem relativamente recente se comparada, por exemplo, à obra de Saussure, que data do início do século xx. A linguística textual representa um momento em que se procura a superação do tratamento linguístico em termos de unidades menores – palavra, frase ou período – no entendimento de que as relações textuais são muito mais do que um somatório de itens ou sintagmas – nessa perspectiva, dois mais dois é mais que quatro.

Um dos maiores desafios para a linguística textual é exatamente definir seu objeto de análise – o texto. Fávero e Koch (1994) apresentam-no em uma multiplicidade de conceituações, partindo de um enfoque bastante amplo, na base da concepção de texto como toda e qualquer forma de comunicação fundada num sistema de signos (como um romance, uma peça teatral, uma escultura, um ato religioso, entre outros), e chegando a uma definição mais estrita. Nessa última definição, o conceito de texto se refere a uma unidade linguística de sentido e de forma, falada ou escrita, de extensão variável, dotada de "textualidade", ou seja, de um conjunto de propriedades que lhe conferem a condição de ser compreendido pela comunidade linguística como um